

Recentemente, ao visitar-nos, um ministro estrangeiro declarava a alta autoridade da União que os investimentos do seu país no Brasil poderão ampliar-se tão logo se pudesse prever o comportamento do governo brasileiro. Tal declaração, seguramente, nada tinha que ver com a prorrogação do mandato do atual presidente da República, mas traduzia certa desconfiança na continuidade dos esforços desenvolvidos pelo Plano Real. Nesse contexto, a dupla derrota anteontem sofrida pelo Palácio do Planalto em nada reforçou o prestígio do País no Exterior, deixando, ainda, ter um preço, qual-quer que seja a solução a encontrar para neutralização do impasse político.

A queda de quase 10%, em dois dias, do Índice Bovespa não constitui o principal indício das consequências da crise. Depois de um

início promissor, o mercado bolsista nacional ingressara em fase descendente, antes de irromperem as conturbações essencialmente resultantes da evasão de capitais possivelmente decepcionados com o moroso andamento do processo de privatização. A Bolsa sempre reage de maneira extremada, não se podendo esquecer que se trata de jogo em que a infelicidade de uns acaba por fazer a alegria de outros.

Muito mais preocupantes nos parecem as consequências da crise que envolve os investimentos estrangeiros e as facilidades de captação. O mercado internacional considerou que o "risco Brasil" se ampliou, o que ora se traduz por diversas ocorrências. Basta examinar a cotação dos títulos da dívida externa brasileira no Exterior, um termômetro atentamente observado pelos investidores externos: ele

aponta, hoje, um clima de queda.

O que não quer dizer que o Brasil não mais conseguirá captar recursos no Exterior, devendo, entretanto, provavelmente, sujeitar-se a juros mais elevados, com improvável dilatação de prazos, o que acaba de fazer a Argentina, ao colocar títulos de dez anos no mercado internacional. Ora, isso significa que o custo do dinheiro externo, que compensava um tanto o interno, vai aumentar, enfraquecendo a nossa capacidade de concorrência no mercado mundial.

Mais que isso, tal situação está criando clima desfavorável à continuidade da redução das taxas de juro internas, conforme sinais

emitidos pelo mercado futuro.

O capital estrangeiro se condiciona, tradicionalmente, ao grau de incerteza reinante num país em que pretende investir. A ameaça de instauração de uma CPI sobre as instituições financeiras, o atra-

so no andamento das reformas estruturais, intimamente ligado à questão, e a perspectiva de adiamento da reforma da Previdência Social são fatores que não robustecem o interesse do capital estrangeiro, num

momento em que a sua contribuição pode ser essencial para o nosso crescimento econômico. O que nos parece mais relevante, na hora presente, é amenizar, no menor prazo possível, a atmosfera de incerteza que se observa no País.

Derrotas do governo criam incertezas que prejudicam o ingresso de capitais